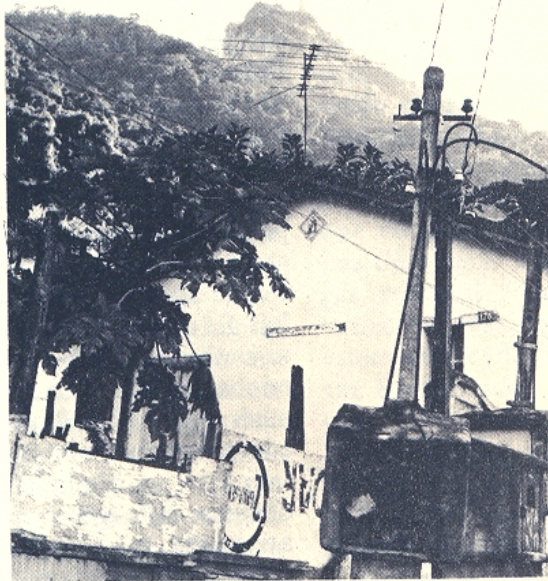


GUARARAPES UM CASO PARTICULAR DENTRO

DA PARTICULARIDADE DO CASO

DO CRISTO

que escorre
no mijo



redentor
redator oego

da cidade que não vê

Situação dentro da Situação

Rio de Janeiro — Cosme Velho — favela situada sob o Cristo
150 famílias — proprietários do terreno local privilegiado
comunidade organizada
clima ameno — topografia difícil
localizada em área residencial com alto poder aquisitivo.

BIOGRAFIA DA COMUNIDADE

A ocupação inicial do terreno onde atualmente se localiza a favela de Guararapes deu-se no ano de 1930, quando quatro famílias que haviam sido despejadas de um local chamado Fazendinha, construíram ali os seus barracos. A permissão dos proprietários para a construção destes foi conseguida mediante o pagamento de uma espécie de aluguel pela ocupação do terreno. Tal permissão talvez não se devesse somente à boa vontade dos proprietários, mas também à própria dificuldade de “construções legais” em grande parte do terreno, onde predominam os barrancos. Este mesmo argumento seria mais tarde levantado quando da compra do terreno pela comunidade.

O período compreendido entre 1930 e 1960 foi de expansão, com o acréscimo de uma população

migrante de amigos e parentes dos então moradores, e o conseqüente adensamento das áreas planas do terreno. Esta expansão faria com que no ano de 1960 Guararapes contasse com 250 habitantes, o que lhe proporcionou oficialmente o título de favela por parte do Estado.

Na década de 60, e mais precisamente no ano de 1961 inicia-se uma nova fase para a vida da comunidade. O Sr. Carlos Lacerda é então o Governador da Guanabara. Fazia parte de sua plataforma eleitoral a criação de um órgão com a finalidade específica de urbanizar as favelas, que viria a ser criado sob o nome de Departamento de Recuperação de Favelas (DRF). Em função deste novo Departamento, o Governo do Estado baixou uma portaria exigindo a criação de representações das favelas, através de associações de moradores, que haveria de se tornar o instrumento de diálogo com o Governo. Somando-se a isto o fato de que era na época distribuída uma verba para melhorias das favelas, conhecida como o Fundo do Trigo, que só poderia ser partilhada através de Associações de Moradores, fundou-se a “União Pró-Melhoramento e Assistência Social dos Guararapes” (UPMASC). Até o ano de 1966 a “União” se empenhou na organização interna promovendo atividades sociais e mutirões para melhorias. Por outro lado, empenhava-se em conseguir recursos financeiros e técnicos

de entidades exógenas. Houve, durante uma dada fase, uma verdadeira procissão de entidades político-filantrópicas e de órgãos dos mais diversos "times" que se interessaram pelo problema. Há de se notar que Guararapes, devido às inúmeras realizações promovidas pela "União", havia então se tornado uma espécie de "favela modelo", tendo conseguido inclusive que se instalasse totalmente um sistema de água potável com autorização do Governo, além de um sistema de esgotos parcialmente executado e uma escola. Nesta mesma época o Estado chegou a prometer a urbanização. Houve também muitas outras promessas (e às vezes assistências) por parte da USAID, da Igreja Católica, da Embaixada da Alemanha e de empresas privadas. Os "voluntários da paz" (**Peace corps**) e estagiários de serviço social através de convênio com a Universidade trabalharam no local.

A "União", a despeito de suas realizações, não era entretanto coesa, dividindo-se em dois grupos antagônicos: o primeiro, cujo líder era o presidente da Associação e, que por suas ligações com o Governo do Estado, era considerado cabo eleitoral do Sr. Carlos Lacerda, iniciador da política de remoção de favelas; e o segundo, que pretendia a compra do terreno e uma futura urbanização. Este antagonismo viria eclodir no ano de 1966 face à remoção das primeiras favelas (entre 1964 e 1965), às chuvas diluvianas de verão, e em suma, ao receio de uma eventual remoção. Seguiu-se a isto o afastamento do presidente da "União", a dissolução desta e a criação de uma nova entidade, a AMOG (Associação de Moradores de Guararapes) que objetivaria principalmente a compra do terreno.

Após todo um processo de discussão e a descoberta dos proprietários do terreno, efetivou-se a compra. Inicialmente, eram em número de 50 as famílias inscritas na AMOG que participavam do sistema de pagamento parcelado do terreno. Posteriormente viriam a se inscrever na Associação mais famílias (hoje são em número de 150 as inscritas), sendo que as 50 primeiras ficariam como proprietárias, enquanto que as demais gozariam dos mesmos direitos. Há ainda de se mencionar algumas famílias que se negaram terminantemente a se inscreverem na AMOG. Estas, 15 ao todo, estão numa situação curiosa, uma vez que ocupam de forma ilegal uma propriedade cujos donos são a sua própria vizinhança. Existem, por outro lado, atualmente, algumas famílias que se recusam a pagar as taxas à AMOG, criando assim um certo clima de animosidade. Tais taxas após o término do pagamento do terreno, serviram à quitação de impostos e a obras de melhorias.

Coube à AMOG desde a sua fundação:

- percorrer todas as agências de habitação, buscando de início, um projeto de urbanização e verbas necessárias a sua execução, para depois se contentar com um "simples projeto legalizado", sendo a implantação feita às expensas de um eventual financiamento dos materiais à AMOG

por alguma entidade interessada; e por um processo de auto-construção e mutirão ao qual os moradores se sentem habilitados.

- fazer o levantamento topográfico do terreno às próprias custas.

- fazer o levantamento sócio-econômico na comunidade.

- fazer o levantamento das condições geológicas do terreno.

- instituir um sistema através do qual toda e qualquer melhoria individual feita em qualquer habitação só seria permitida mediante a assinatura de um compromisso, por parte do morador, declarando que, no caso de uma futura urbanização, não criaria empecilhos a uma eventual necessidade de destruição de seu barraco.

- promover atividades sociais.

- incentivar a participação da comunidade na tentativa de resolução de seus problemas.

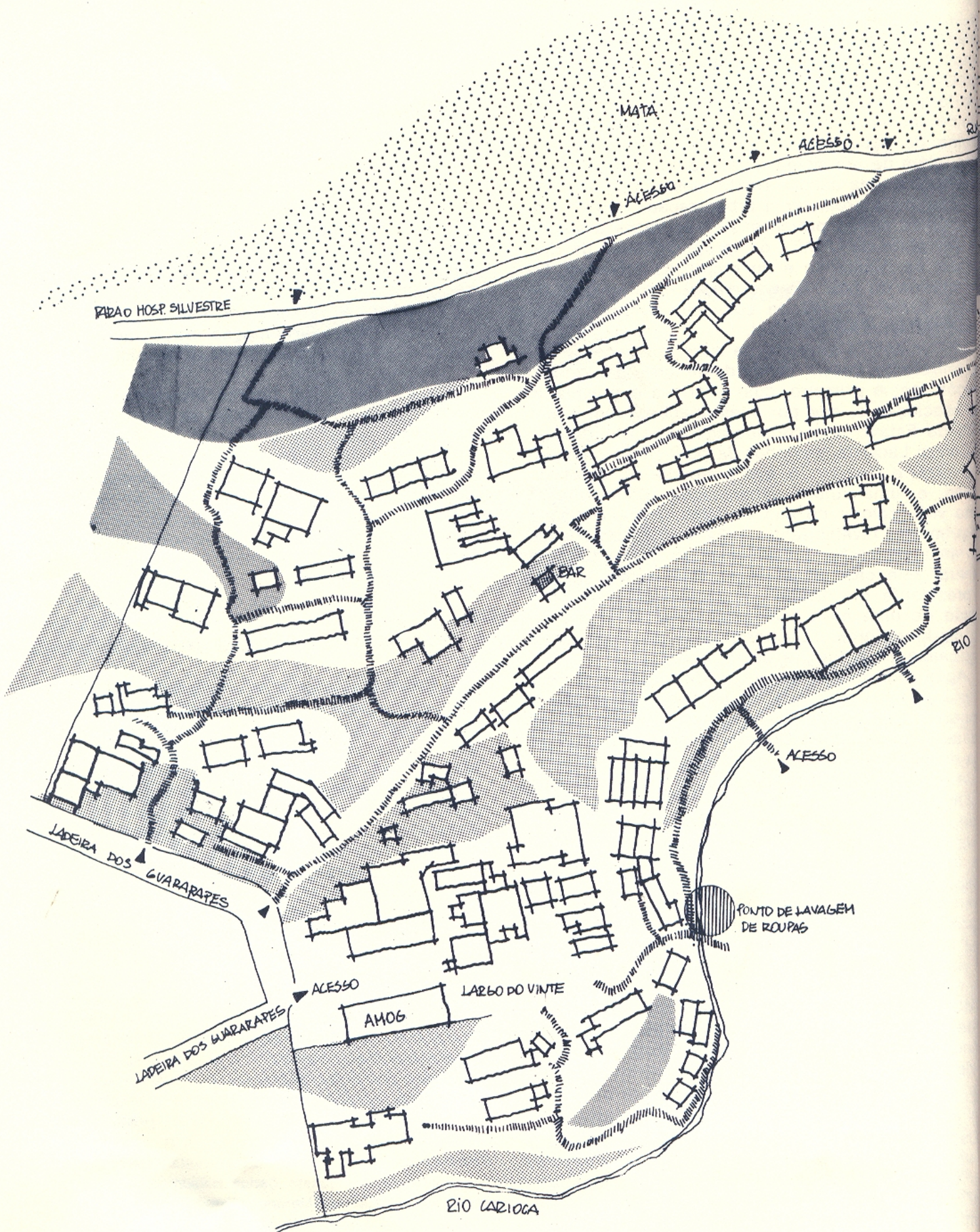
Atualmente vários fatores levaram a um certo esmorecimento da comunidade: as inúmeras e frustradas tentativas de se conseguir a urbanização da favela; o grande número de projetos que sendo feitos por pessoas ou entidades interessadas acabaram na gaveta, os entraves burocráticos excessivamente pesados, a falta de apoio por parte do Estado no fortalecimento das Associações de Moradores e, em suma, o andar no sentido contrário ao da esteira rolante.

Guararapes talvez seja um caso único em todo o país, dada a propriedade do terreno. Trata-se de um caso particular dentro da particularidade do caso.

... Saberiam os leitores me responder por que esta sociedade hostiliza tanto as favelas e seus habitantes, impondo-lhes a pecha de submundo do crime e valhacouto de marginais? Esquecerá ela, ou não quererá admitir, que se fôssemos o que aparentamos ser, deveríamos agradecer exclusivamente a esta mesma sociedade que ali nos arremessou e nada fez em favor daquelas comunidades? Não chega a 5% o índice de marginais (ladrões, assaltantes, etc...) numa comunidade de favelados e o restante, a grande maioria, jamais teve o reconhecimento desta sociedade que caminha sobre ela todas as horas do dia, que tem suas riquezas aumentadas e multiplicadas pelo labor daquela gente, que come o pão feito por eles. Quem trabalha na construção de suas casas? Quem dirige seus carros, lava-lhes as roupas, cozinha para ela e lhe olha os filhos? Acabemos de uma vez com essa farsa!...

(Extrato do livro sobre Guararapes escrito por Domingos e Cláudio de Moraes, moradores da favela, sendo o último o atual presidente da AMOG)

Serviu-nos como material de consulta relatório sobre a favela escrito pelo Arquiteto Carlos Nelson, o livro inédito de Domingos e Cláudio de Moraes, além de informações tiradas de conversas mantidas no local.



ESTRADA HOSP. SILVESTRE

MATA

ACESSO

ACESSO

BAR

ACESSO

LADEIRA DOS GUARARAPES

LADEIRA DOS GUARARAPES

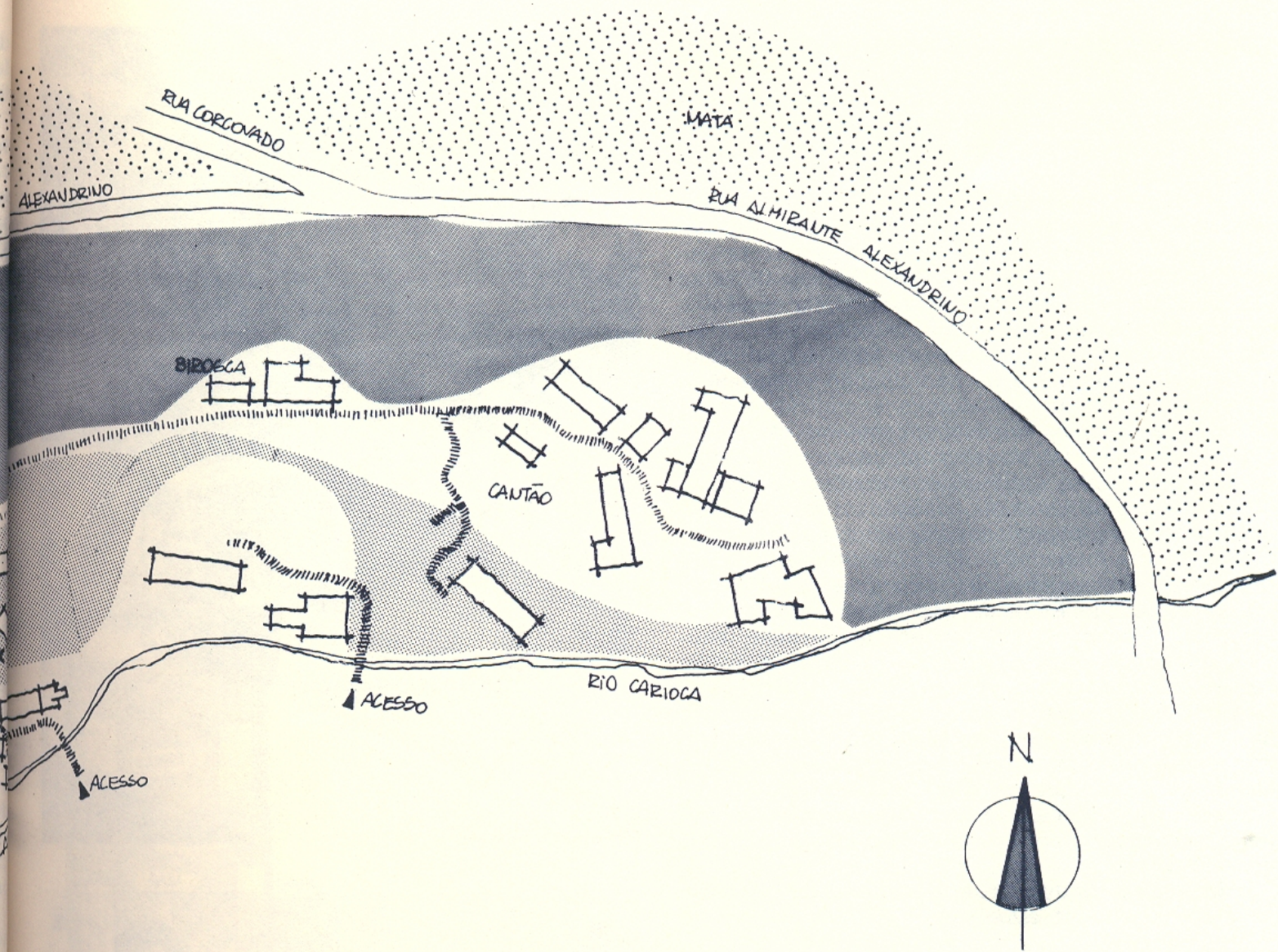
ACESSO

AMOS

LARGO DO VINTE

PONTO DE LAVAGEM DE ROUPAS

RIO CARIOCA



GUARARAPES

- PLATÔS OU TERRENO DE POUCA INCLINAÇÃO
- TERRENO DE INCLINAÇÃO MÉDIA
- TERRENO MUITO ÍNGRIME

COM OS PÉS NO ESPAÇO E A PAUTA EM BRANCO

Para o conhecimento de uma comunidade nós não acreditamos que simplesmente baste os pés no espaço; achamos conveniente a pauta em branco. Assim tentou-se...

No segundo semestre de 1976, uniu-se, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, um grupo de estudantes com o fim de estudar o problema das favelas e de avaliar as possíveis formas de uma participação universitária. Foi-nos dada então a chance de estudar o caso de Guararapes, o que foi feito como trabalho curricular da Escola. De início, a nossa proposta era a de participação universitária no processo de auto-construção e mutirão através do qual pensávamos resolver o problema de execução de um eventual plano proposto; portanto, uma proposta geral de ação. Este processo se desenvolveria em três níveis de atuação: o do morador, executando e eventualmente auxiliando na execução; e o do agente financiador, fiscalizando. Para tal era necessário um projeto, ou dos inúmeros já feitos, ou um outro que fosse de nossa autoria. Devido a exigências da Escola, de ordem burocrática, tivemos que propor um projeto físico, qual seja, um passeio pela prancheta. Nós aqui não o apresentamos por não o considerarmos válido na medida em que qualquer valor demonstrativo, no caso de Guararapes, residiria muito mais na idéia e na pesquisa que o gerou do que no risco, no desenho em si. Fizemos um levantamento sócio-econômico e de perspectivas, sendo o projeto reflexo físico (gráfico?) destes dados.

Em suma, aquilo deveria representar a forma de morar por todos almejada.

O QUE OS MORADORES PENSAM E O QUE QUEREMOS QUE ELES PENSEM

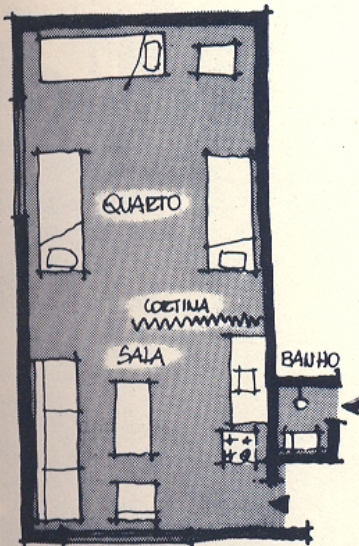
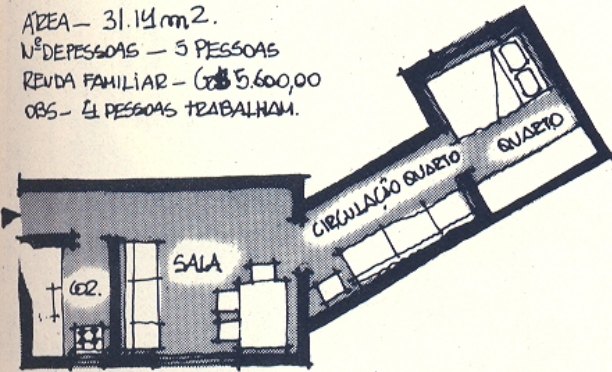
— Cuidado! Uma levantamento sócio-econômico de instrumento de coleta de dados pode transformar-se em uma arma diante da qual qualquer resposta "só poderia ser a prevista". Então começamos a olhar com mais cautela os levantamentos que nos fossem apresentados.

— Desconfiança! Até que ponto a aglutinação das funções em um só espaço, dentro de um barraco (cozinha/sala/quarto, sala/quarto) pode ser interpretada somente como uma questão cultural; a partir de onde como carência de espaço, uma prisão dos metros quadrados? Em outros termos, até que ponto se trata de uma opção ou de uma falta de opções? Sentíamos constantemente que a análise da "criatividade" do favelado, da "cultura favelada" tinha lá os seus cachos com o "Bom Selvagem" de Rousseau; ou ainda, que a negação do mito da marginalidade era em essência a criação de um novo mito. Então começamos a ver com mais cautela os "enciclopedistas brasileiros."

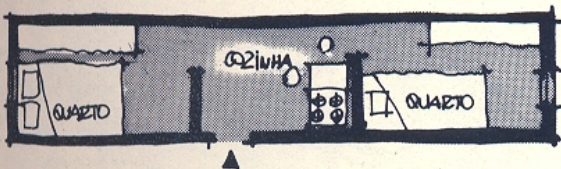


CROQUIS + PLANTA-BAIXA DE ALGUNS BARRACOS

ÁREA - 31.14 m².
 Nº DE PESSOAS - 5 PESSOAS
 RENDA FAMILIAR - Cr\$ 5.600,00
 OBS - 4 PESSOAS TRABALHAM.



ÁREA - 35.04 m²
 Nº DE PESSOAS - 4 PESSOAS
 RENDA FAMILIAR - Cr\$ 1.200,00



ÁREA - 14.45 m²
 Nº DE PESSOAS - 13 PESSOAS - DUAS FAMILÍAS | 10
 RENDA - Cr\$ 400,00 | 3

— Atenção! Apesar de que por vezes nós imaginamos que eles pensam, as suas perspectivas de melhoria de vida, e aí portanto, de habitação, são de ascensão na escala da estrutura existente, qual seja, alteração de grau e não de gênero. Quanto às suas casas, almejam miniaturizar, segundo sua condição econômica, os modelos e padrões de morar vendidos às classes mais abastadas, e portanto não obrigatoriamente por tabela (vide televisão, rádio, etc)... a eles mesmos.

Quando nós nos lembramos, no caso de Guararapes, de onde os moradores consomem suas horas de trabalho, em serviços prestados às ricas residências do entorno, tudo o que foi mencionado não se torna simplesmente explicável, torna-se um truísmo.

Neste ponto nós nos lembramos dos projetos em tramas orgânicas, escalonados pelas encostas, cuja "diversidade" fatalmente seria "espontânea". Nós nos lembramos dos espaços multifuncionais dentro dos quais os favelados iriam ser renovadores da ordem estabelecida sobre o morar". Nós nos lembramos da flexibilidade e da unidade na variedade, segundo desejo do próprio "mutuário". Por fim, nós nos lembramos de nossa experiência em levantamentos sócio-econômicos, e tivemos medo. Achamos que estávamos sufocados em meio a tantos apriorismos, achamos que já se estava chegando ao ponto de projetar o usuário de um "habitat ideal".

Se por definição o favelado não é "integrado à Economia Urbana", não nos esqueçamos entretanto de que ele, às vezes invisível, vive ao nosso lado, na cidade.

— Começamos então a perceber, quanto aos estudos para favelas, onde terminava a arquitetura e começava o "projeto para exposição".

— Começamos então a separar o que os favelados pensavam daquilo que nós queríamos que eles pensassem.

O grupo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ que realizou o estudo sobre Guararapes era constituído pelos seguintes estudantes:

Roberto Ferreira Campos
 Ivan Pereira Campos
 Vicente Eduardo del Rio do Nascimento
 Beatriz Corrêa da Costa
 Fausto Prieto
 Moira de Toledo
 Eduardo Campos da Paz Mondolfo.